



MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

Publicado no DIO/ES

Em: 1^o / 08 / 14

DECRETO Nº. 709/2014

DISPÕE SOBRE O PROCESSAMENTO DE
CONSIGNAÇÕES EM FOLHA DE PAGAMENTO DOS
SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE
GUARAPARI/ES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAPARI, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 88, incisos III e IX, da Lei Orgânica do Município e tendo em vista o disposto no art. 193 do Estatuto dos servidores Públicos do Município de Guarapari, combinado com o art.74 da Lei Complementar Nº46 do Estado do Espírito Santo;

Considerando a necessidade de estabelecer normas e procedimentos vinculados as consignações na folha de pagamento dos servidores do Município de Guarapari;

DECRETA:

Art. 1º - Os procedimentos de consignação deverão observar as normas contidas neste Decreto, nos termos do artigo 74 da Lei Complementar nº46/94 aplicado subsidiariamente em vista do que dispõe o artigo 193 do Estatuto do Servidor Público do Município de Guarapari.

Art. 2º - Considera-se, para fins deste Decreto:

- I – Consignado:** servidor público, que autoriza descontos de consignação em folha de pagamento;
- II – Consignante:** entidade ou órgão da administração direta, autárquica e fundacional que procede descontos referentes às consignações em folha de pagamento;
- III – Consignação compulsória:** Desconto incidente sobre remuneração do servidor, efetuado por força de lei ou mandado judicial;
- IV – Consignação facultativa:** Desconto incidente sobre a remuneração do servidor, consignado em folha de pagamento, decorrente de solicitação formal e expressa do mesmo em favor do consignatário, mediante convênio firmado com a Administração Pública Municipal Direta, Autárquica ou Fundacional ou pelos Sindicatos representantes dos Servidores Públicos Municipais; mediante sua autorização prévia e formal; e anuência do **Município de Guarapari-ES;**



MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

- V – Consignatária:** destinatária dos créditos resultantes das consignações compulsórias e facultativas;
- VI – Remuneração:** Conjunto dos valores recebidos mensalmente a título de vencimentos acrescidos de vantagens permanentes.
- VII – Sistema digital de consignações:** aplicativo que suporta o processo de registro on-line de consignações via internet.
- VIII- Margem Consignável:** parcela da remuneração passível de consignação facultativa, equivalente a 30%(trinta por cento) do valor líquido recebido pelo servidor.

Art. 3º - As consignações se classificam em compulsórias e facultativas.

§ 1º - São consideradas *consignações compulsórias* os descontos e recolhimentos efetuados por força de lei ou determinação judicial, compreendendo:

- I – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público;
- II – Contribuição para a Previdência Social;
- III – Pensão alimentícia fixada e determinada em juízo;
- IV – Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza;
- V – Reposição e indenização ao erário;
- VI – Custeio parcial de benefício e auxílios concedidos pela Administração direta, autárquica e fundacional;
- VII – Decisão judicial ou administrativa;
- VIII – Mensalidade e contribuição em favor de entidades sindicais, na forma do art.8º, inciso IV, da Constituição Federal;
- IX – Outros descontos compulsórios instituídos por lei.

§ 2º - São consideradas *consignações facultativas* os descontos incidentes sobre vencimentos acrescidos de vantagens permanentes, mediante autorização prévia e formal do servidor ativo do **Município de Guarapari**, compreendendo:

- I – Mensalidade instituída para o custeio de entidades de classe, associações e clubes de servidores;
- II – Contribuição para planos de saúde, entidade fechada ou aberta de previdência privada, previdência complementar, planos de pecúlio, seguro de vida, planos odontológicos, aquisição de medicamentos;
- III - Pensão alimentícia voluntária, consignada em favor de dependente que conste dos assentamentos funcionais; e
- IV- convênio firmado com os sindicatos representantes do servidor público municipal;



**MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO**

V – Outros descontos autorizados pelo servidor com a interveniência do Município de Guarapari – ES;

§ 3º - As consignações compulsórias terão prioridade sobre as facultativas.

§ 4º – A sistemática de consignações de pagamento, na modalidade facultativa, constitui mera facilidade colocada à disposição dos servidores públicos ativos da Administração Pública Municipal Direta, Autárquica e Fundacional não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da Administração Pública por dívidas ou compromissos com os consignatários.

§5º - A consignação facultativa, somente será efetivada mediante apresentação da respectiva autorização, assinada pelo consignado, para desconto em folha de pagamento, fornecida pelo próprio consignatário;

§6º - O Consignatário deverá solicitar até o dia 15(quinze) de cada mês, através de ofício devidamente protocolado à unidade de protocolo da prefeitura, o repasse dos valores descontados dos servidores.

§7º - O consignante deverá deve comunicar ao consignatário, mensalmente, até a data do pagamento, a relação dos nomes que não puderam sofrer os descontos, seja parcial ou totalmente.

Art. 4º - A soma mensal das consignações facultativas de cada beneficiário não pode exceder ao valor equivalente a 30% (trinta por cento) da remuneração, da qual ficam excluídas:

- I** – Consignações compulsórias;
- II** – Ajuda de custo;
- III** – Diárias;
- IV** – Salário-família;
- V** – Gratificação natalina;
- VI** – 13º Salário;
- VII** – Auxílio-natalidade;
- VIII** – Adicional de férias, correspondente a um terço sobre a remuneração;
- IX** – Adicional noturno;
- X** – Adicional pela prestação de serviço extraordinário;
- XI** – Adicional de Insalubridade, de periculosidade ou de atividades penosas;
- XII** – Parcela paga por determinação judicial;
- XIII** – Gratificação de desempenho de trabalho técnico e científico;



MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

- XIV – Gratificação em órgãos essenciais ao atendimento de interesse público;
- XV – Gratificação por plantão fiscal;
- XVI – Gratificações transitórias do magistério;
- XVII – Extensão de carga horária;
- XVIII – Gratificação de tempo integral;
- XIX - Produtividade;
- XX – Demais parcelas de caráter temporário.

Art. 5º - O valor total das consignações compulsórias e facultativas não poderá exceder a 60%(sessenta por cento) da remuneração.

§ 1º - Caso a soma das consignações compulsórias e facultativas exceda o limite previsto no caput desse artigo, serão suspensas as consignações;

Art. 6º - As entidades consignatárias não poderão ultrapassar a quantidade máxima de 60(sessenta) parcelas do empréstimo consignado para o servidor efetivo e, no caso do servidor contratado, as parcelas se limitarão na data do término do contrato.

Art. 7º - Não sendo possível, por qualquer motivo, efetivar as consignações, caberá ao servidor providenciar diretamente junto à entidade consignatária o recolhimento das importâncias por ele devidas, não se responsabilizando **Município de Guarapari**; por eventuais prejuízos daí decorrentes.

Art. 8º - Será facultado após 03(três) meses de investidura em cargo público a solicitação de empréstimo consignado.

Art. 9º - É obrigatório a aposição da margem consignável nas respectivas matrículas dos servidores facultados a exercer cargos públicos, elencados no art. 37, XVI, da CF.

Art. 10º - As entidades consignatárias para efeito das consignações facultativas deverão firmar Convênio junto ao **Município de Guarapari**.

Art. 11º - A instituição consignatária deverá operar com o sistema digital de consignação adotado pelo **Município de Guarapari**, ao qual se responsabilizará pelas adequações necessárias à sua utilização.



**MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO**

Art. 12º - A margem consignável será informada por meio de sistema digital de consignação, a ser disponibilizado pelo **Município de Guarapari** à instituição consignatária credenciada.

Art. 13º - Ficam as consignatárias referidas no inciso V do artigo 2º obrigadas, na forma do art. 52 do Código de Defesa do Consumidor, a dar ciência prévia ao servidor das seguintes informações, bem como de outras que possam ser necessárias ao caso em concreto:

- I – Valor total do financiamento;
- II – Custo efetivo total mensal e anual, relativo a todos os acréscimos remuneratórios, moratórios e tributários que eventualmente incidam sobre o valor financiado; e
- III – Valor, número e periodicidade das prestações.

Art. 14º - As entidades consignatárias deverão divulgar as regras acordadas no convênio celebrado aos beneficiários que autorizaram os descontos em folha de pagamento.

Art. 15º Quando ocorrer operação de compra e venda de contratos de empréstimos entre as consignatárias, ficam as instituições obrigadas a proceder da seguinte forma.

I – A consignatária que terá o contrato de empréstimo pessoal negociado deve informar no sistema digital de consignação, no prazo de 02(dois) dias úteis, a partir da data da informação da proposta:

- a) o saldo devedor do contrato;
- b) a forma de pagamento;
- c) o banco, a agência e o número da conta corrente no qual deverá ser depositado o saldo devedor do contrato.

II – A consignatária que comprar o contrato deverá efetuar o pagamento do saldo devedor do contrato, no prazo máximo de 03(três) dias úteis, e registrará que efetuou a quitação no contrato nos sistema digital de consignação;

III – O prazo para informar o recebimento do pagamento do saldo devedor e liberação do Contrato será de 03(três) dias úteis;



MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

IV – A consignatária que teve o contrato de empréstimo pessoal comprado deve efetuar a liquidação do contrato no sistema digital de consignações, no prazo máximo de 02(dois) dias úteis, a partir da data em que ocorreu o registro do pagamento do saldo devedor do contrato.

§ 1º - Ocorrendo negociação ou renegociação referente ao empréstimo pessoal dos servidores junto às entidades, ficará a entidade credora na mesma prioridade de recebimento da prestação negociada, desde que os valores das prestações sejam iguais ou menores do que as originalmente contraídas.

§ 2º - Somente será permitida a renegociação do contrato conforme prevê este artigo, com o mínimo de 30% (trinta por cento) das parcelas pagas pelo consignante ou mutuário.

§ 3º - No caso de compras abandonadas o sistema terá o prazo de 05(cinco) dias úteis para o desfazimento do pedido de compra.

Art. 16º – O desconto referente à consignação facultativa será efetuado em folha de pagamento, mediante autorização prévia e expressa do beneficiário em favor da instituição consignatária, conveniada perante o **Município de Guarapari**.

Art. 17º – O repasse dos valores referentes às consignações em favor da entidade consignatária será efetuado pelo **Município de Guarapari** até o décimo quinto dia da data de início da validade do crédito do benefício via ordem bancária, ou crédito em conta corrente a ser indicada pela instituição financeira.

Parágrafo Único – A instituição consignatária que receber quantia indevida fica obrigada a devolvê-la ao servidor em prazo não superior a três dias, a contar da constatação do fato, mediante a prestação do contracheque.

Art. 18º – Fica estabelecido o limite máximo de 03(três) contratos de empréstimo consignado por consignante ou mutuário.

Parágrafo Único – Cada instituição consignatária só poderá firmar um contrato por consignante ou mutuário, sendo permitida a averbação de um novo contrato, mediante a liquidação ou renegociação do já existente.

Art. 19º – A consignação em folha de pagamento não implica, em nenhuma hipótese, co-responsabilidade do **Município de Guarapari** por dívidas ou



MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

compromissos de natureza pecuniária assumidos pelos seus beneficiários junto às instituições consignatárias.

Art. 20º – As consignações facultativas poderão ser canceladas:

- I – Por força da lei;
- II – Por ordem judicial;
- III – Por vício insanável no processo de consignação;
- IV – Quando ocorrer ação danosa aos interesses do consignante ou mutuário praticado pela consignatária;
- V – Por interesse da Administração, comunicada a decisão com antecedência de 30(trinta) dias;
- VI – Por interesse da Consignatária, expresso por meio de solicitação formal, encaminhada ao **Município de Guarapari**, com antecedência de 30(trinta) dias.
- VII – A pedido do servidor consignado, mediante requerimento endereçado ao consignatário.

Art. 21º – A constatação de consignação processada em desacordo com o previsto neste Decreto, mediante fraude, simulação, dolo, conluio ou culpa, que caracterize a utilização ilegal da folha de pagamento de servidores integrantes do quadro funcional do **Município de Guarapari**, impõe ao Prefeito Municipal o dever de suspender a consignação e sua consequente desativação imediata, temporária ou definitiva e, quando o caso, do cancelamento do convênio da instituição consignatária envolvida, sem prejuízo das demais medidas cabíveis.

Art. 22º – O não cumprimento das normas previstas neste Decreto pela instituição consignatária culminará nas seguintes penalidades:

- I – Advertência escrita;
- II – Suspensão temporária de até 90 (noventa) dias;
- III – Cancelamento do convênio;

§ 1º - A aplicação de duas advertências no espaço compreendido de 180(cento e oitenta) dias culminará na penalidade de suspensão temporária.

§ 2º - A aplicação de duas suspensões no espaço compreendido de 360(trezentos e sessenta) dias culminará na penalidade de cancelamento do convênio.



**MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO**

§ 3º - A aplicação da penalidade de cancelamento de convênio será publicada no Diário Oficial do Estado e comunicado aos consignados do **Município de Guarapari**.

§ 4º - Somente três anos após o cancelamento previsto no caput poderá a instituição consignatária solicitar novo convênio.

§ 5º - A sanção prevista no item I do caput deste artigo será aplicada pelo Secretário Municipal de Administração e Gestão de Recursos Humanos e as demais previstas nos itens II e III serão aplicadas pelo Prefeito Municipal de Guarapari, facultada a defesa da consignatária no prazo de 10(dez) dias.

Art. 23º – As entidades consignatárias que já celebraram convênios com o **Município de Guarapari** para os fins previstos neste Decreto deverão adaptar-se a todos os seus termos sob pena de rescisão dos convênios realizados.

Art. 24º – A consignação poderá ser denunciada a qualquer tempo, mediante manifestação formal, mantendo-se, porém, em pleno vigor as obrigações assumidas pelo consignante, até a efetiva liquidação dos valores descontados dos servidores.

Art. 25º – Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 26º – Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº.693/2013.

Guarapari/ES, 28 de julho de 2014.

ORLY GOMES DA SILVA
Prefeito Municipal